
terra roxa

e outras terras

Revista de Estudos Literários

SÍLVIO ROMERO, UM CRÍTICO DO SÉCULO XX

Marta Eymael Garcia Scherer e Luiz Alberto Scotto de Almeida (UFSC)
martascherer@gmail.com

RESUMO: Demonstrar a importância de Sílvio Romero como precursor de idéias e debates que perpassaram toda crítica literária do século XX é objetivo deste artigo. Muitos dos temas estudados por Romero inauguraram o discurso intelectual brasileiro e deram ao seu autor o caráter moderno e fundador da crítica social, política e intelectual da sociedade brasileira. Procuramos aqui demonstrar como foi Sílvio Romero quem fez da crítica literária um instrumento de construção da nacionalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Crítica - Sílvio Romero – História da Literatura.

Se olharmos em torno dos modernistas de 1922 – numa visão minimamente panorâmica – vamos perceber que o movimento eclodiu somente oito anos após a morte do crítico Sílvio Romero: ex-escravos ainda vagavam pelas ruas; as epidemias continuavam matando e o país estava nas mãos de Epitácio Pessoa e no tédio conservador da política café com leite. O discurso racial e nacionalista de Sílvio Romero parece ter envelhecido e desaparecido da pauta intelectual do século XX, enquanto a sensação de proximidade com Mário de Andrade é evidente. Entre as razões está a familiaridade com o universo modernista, ambiente cultural no qual crescemos, com seus valores estéticos e recomendações intelectuais.

Esta é uma impressão verdadeira, mas enganosa. Sílvio Romero estará presente no pensamento dos modernistas, como vai aparecer na construção intelectual de 1930, na formação da crítica literária e na leitura sociológica do Brasil durante todo o século passado. É um pensamento que se revela sem citação, sem autoria, às vezes como uma “verdade social natural”; outras como uma descoberta “moderna”; há ainda decisões políticas decorrentes de suas idéias. Enfim, são inúmeras as influências deixadas por Sílvio Romero no andar da vida intelectual do Brasil e em toda crítica literária que perpassou o século XX e chega a nossos dias.

As rupturas provocadas na harmonização discursiva de Sílvio Romero acabaram se revelando verdadeiros caminhos de leitura e de estudos da realidade brasileira. As

definições temáticas dos estudos nascidos do desencanto político desse intelectual tornaram-se símbolos das contradições que se estabeleceram na sociedade brasileira. Em países como o Brasil, onde o Estado nasceu antes que um sentimento de nacionalidade preponderasse, os intelectuais foram essenciais na produção de um imaginário nacional, missão na qual Sílvio Romero se engajou de forma contundente.

Foi por meio desse tipo de engajamento intelectual que a chamada Escola de Recife, de 1870, - que reúne também nomes como Capistrano de Abreu, Araripe Júnior e o José Veríssimo - procurou intervir nas transformações históricas que resultaram no surgimento de uma sociedade brasileira urbana do tipo moderna. E é Romero quem traz à cena histórica o escritor combatente, em conflito com o *status quo*. Foram também os críticos da geração de 1870 que romperam com o pensamento religioso em prol de uma visão laica. São partidários das novas filosofias européias e investigam a formação da sociedade nacional baseados no determinismo da raça e do ambiente.

As noções de raça e natureza, de trópicos e miscigenação estão no centro de todo o debate do século XIX sobre a nação brasileira e sua literatura. Qual a literatura criada em meio à natureza tropical, por um povo mestiço? Entre os intelectuais que buscam essas respostas, sobressai Sílvio Romero. Armado de teorias científicas, publica, em 1888, sua *História da Literatura Brasileira*, primeiro texto em que se encontra um esforço de “historiar” a literatura, a entendendo como expressão de certa realidade. Aproxima crítica e história ao atribuir a primeira a missão de contribuir para construção da nacionalidade. Mais do que um livro de crítica literária, a *História* de Romero “é um imenso tratado destinado a fazer saltar um país de suas páginas” (Schneider 2005: 15).

É importante salientar o papel fundamental de seu livro central, a obra mais importante e matriz acabada de seus estudos e de todos os trabalhos críticos literários que se seguiram. Nessa obra, ao submeter a crítica literária aos objetivos políticos, foi obrigado a alargar conceitos para estabelecer novos critérios de valorização. Nas palavras de Candido: “Como pretendia analisar a situação cultural brasileira, com vistas a uma reforma intelectual, ligada à reforma social, ele se viu obrigado a estender demasiadamente o conceito de literatura, até fazê-la englobar todos os produtos de criação espiritual, da ciência à música (1989: 70).

Antes de Sílvio Romero a crítica vivia da mística do processo de criação. Textos sobre o “dom”, a “genialidade”, a “inspiração”, ou seja, sobre o que seria o processo criativo do autor, formavam grande parte do que se chamava de crítica literária. A outra parte era feita de impressões sobre o próprio objeto artístico, não passando nunca do julgamento que envolvia o universo fechado da própria representação. A obra se tornava uma expressão do “gênio” criativo e autoral do artista. Confundia-se com o autor e seus tênues vínculos com a realidade se davam numa representação sublimada de valores e de verdades representadas nos enredos e tramas narrados.

Não queremos dizer com isso que a crítica romântica desempenhou o papel de ingênuo avaliador de obras e escolas. O romantismo nada teve de ingênuo. Mas, de fato, os românticos Gonçalves de Magalhães, Pereira da Silva, Joaquim Norberto e

Varnhagen não foram submetidos à responsabilidade que Sílvio Romero se atribuiu: fazer da crítica literária um instrumento de construção da nacionalidade. Neste sentido, armado de seu cientificismo, Sílvio Romero se auto proclamou o primeiro historiador da literatura brasileira, ao mesmo tempo em que atacava o subjetivismo dos antecessores. Além de avaliar obras e autores, sua crítica pretendeu sistematizar toda a produção literária brasileira. Para isso, numa lúcida diferenciação de Sílvio Rabelo, a obra do crítico é dividida em duas partes: uma, doutrinária; e outra, de sistematização crítica:

Sempre que se apresentava a oportunidade para a discussão de doutrina, de sistemas e de escolas, ele se afirmava com desembaraço e quase sempre com lucidez...da experiência feita em idéias e soluções que não se cansava de manipular com sensual volúpia. O que dependesse, porém, de uma apreensão pela sensibilidade ou pela intuição escaparia sempre à sua capacidade crítica. Por isso, Sílvio Romero cometeu em literatura os mais graves erros de julgamento. (Rabelo 1944: 94-95)

Podemos ver com clareza esta aparente “incapacidade” de exercer a análise em literatura, através dos próprios estudos que deixou. No seu furor naturalista fica evidente que a única preocupação – dentro da narrativa literária – é encontrar elementos documentais que atestem a vida fora da obra. No seu *Martins Pena*, por exemplo, aparecem todas as virtudes e defeitos das leituras críticas por ele realizadas. Quando mergulha para dentro da obra a pobreza é evidente. A única coisa que procura é a reprodução fiel de situações sociais reveladoras da sociedade brasileira. Mas quando contextualiza a obra e o papel de Martins Pena na historiografia literária brasileira é admirável. É aí que Antonio Candido indaga com propriedade:

De maneira quase sempre decepcionante, Sílvio Romero crítico literário é alguém que só consegue ver, para lá da literatura, o seu cunho de documento da sensibilidade ou da sociedade [...] Mas quem sabe isso foi até certo ponto condição para ele compreender tão bem a literatura como fato social e, no caso brasileiro, o seu papel na formação da consciência do País? (Candido 1988: 116)

Evidente que esta pergunta parece trazer sua própria resposta, a partir da premissa colocada por Antonio Candido. Mas, em decorrência disso, temos uma segunda indagação absoluta e impositiva: que fatores levaram Sílvio Romero, que tinha consciência de sua maneira de exercer a crítica, a atribuir tanto peso a elementos de fora do texto e tão pouco aos elementos próprios da estética literária? Deixemos que o próprio Romero responda:

É, portanto, sinal de atraso, depois que a sociologia mostrou a solidariedade de todas as forças espirituais no progresso humano, vir ainda agora preconizar a indiferença da crítica diante de todos e quaisquer fenômenos da produção mental e coletiva e encomiar o diletantismo de criticar por criticar, como se

gabou a arte pela arte e até o verso pelo verso, a frase pela frase....Sem paixão, queremos dizer, sem amor e devotamento, nada de bom e grandioso se pode fazer neste mundo. É no combate por uma causa, por um sistema, por um conjunto de idéias, por uma filosofia, que há de estar o norteamento da crítica. (Morais Filho 1985: 215)

A última frase é síntese do caminho que tomou, no que se refere à análise e à história literária: submeter o seu exercício de crítica ao serviço de uma causa, “por um sistema”. A causa em questão é de fundo puramente político e doutrinário. E isso se reflete no próprio desequilíbrio argumentativo do *História da Literatura*, onde as razões doutrinárias são mais fundamentadas teoricamente do que as atribuições valorativas de obras e autores. Daí suas limitações tão bem demonstradas de forma quase unânime pela crítica que se seguiu e, principalmente, por José Veríssimo. Toda a atividade intelectual produzida por Sílvio Romero parece obedecer a um único padrão argumentativo e referencial: a política. Isso fica insinuado ou aparece em lacunas argumentativas como esta e torna-se aberta e evidente quando entramos no campo doutrinário.

Dito de maneira radical - para tornar também mais claro o que queremos afirmar - o seu comprometimento político, com fatores extra texto, e o comprometimento estético, com os fatores internos do texto, foi o “grande debate literário” que atravessou o século XX com todos seus matizes ideológicos inevitáveis. Neste sentido, é espantosa a contemporaneidade com que Sílvio Romero e José Veríssimo - muito além do que o ambiente intelectual brasileiro permitia - desenvolveram e argumentaram nos dois principais caminhos por onde transitaria os novos parâmetros da crítica moderna. José Veríssimo procurando atribuir valor ao próprio objeto nos seus atributos estéticos e conceituais e Sílvio Romero fazendo a crítica literária julgar por aspectos históricos e sociais de seu nascedouro.

O texto literário, para Romero, deveria ter fidelidade ao mundo real e a capacidade de esboçar os costumes, a cultura e os dramas históricos da “nossa gente”. Por literatura, o crítico compreende diversos gêneros textuais:

Para mim a expressão da literatura tem a amplitude que lhe dão os críticos e historiadores alemães. Compreende todas as manifestações da inteligência de um povo- política, economia, arte, criações populares ... e não, como era costume supor-se no Brasil, somente as intituladas belas artes, que afinal cifravam-se quase exclusivamente na poesia. (Romero 1960: 60)

Toda a crítica literária baseada na interpretação sociológica da literatura, quer dizer, crítica que tenta explicar a gênese através de fatores sociais, tem tributo a dar a Sílvio Romero. De maneira mais evidente, é claro, nos críticos mais “à esquerda”: Astrogildo Pereira, do *Interpretações* e o espelhamento social e econômico; Nelson Werneck Sodré, em *História da Literatura Brasileira* (1938) e os valores contidos na capacidade do autor de interpretar sua classe e seu momento histórico; o próprio Antonio Candido de *Formação da Literatura Brasileira* e o enquadramento histórico e

social, além do conceito de literatura “empenhada”. Há um caminhar constante pela estrada aberta por Sílvio Romero: alguns transitando em toda sua extensão; outros apenas alguns trechos.

O outro lado da *História da Literatura Brasileira*, o lado doutrinário de sua proposta de estudo, gira em torno da construção da nacionalidade brasileira. Sílvio Romero voltava sua atenção para os aspectos histórico-sociais da criação literária. Tanto as manifestações eruditas quanto as populares foram contempladas, desde que cumprissem um quesito: estar em consonância com a criação da nação. A literatura é valorizada à medida que reproduz aspectos da vida e da paisagem nacionais. A existência de uma literatura nacional, com obras e autores originais, se ligava à afirmação da autonomia e da soberania da sempre em construção nação brasileira.

À história literária, então, devem interessar aquelas obras que reflitam a especificidade nacional e tenham contribuído para o processo de formação da nação. A nacionalidade é critério de seleção, ordenação e valorização do literário. E a nação romeriana é mestiça. Nela, todas as etnias têm lugar de forma conjugada.

Sílvio Romero formulou a “epopéia da nacionalidade”. Ao mesmo tempo, introduziu um tom trágico e pessimista, representado pela natureza tropical ou pela degeneração racial. Alternava momentos de otimismo e de pessimismo, mas sempre convicto de que o país era um laboratório étnico, mestiço e tropical. O crítico defendeu e interpretou a constituição da sociedade brasileira à luz da mistura étnica, do ambiente e da troca de experiência civilizadora entre europeus e americanos:

A história do Brasil (...) é antes a história da formação de um tipo novo pela ação de cinco fatores, formação sextiária em que predomina a mestiçagem. Todo brasileiro é um mestiço, quando não em sangue, nas idéias. Os operários deste fato inicial têm sido: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira. (Romero 1960: 54)

Crítica literária era para ele identificar a singularidade da cultura genuinamente popular expressa na literatura, nas modinhas, nas canções, no folclore. Estas manifestações artísticas seriam conseqüências e imagens projetadas de uma situação social, que procurou desenvolver com cientificismo, baseado na definição racial do povo brasileiro. Quer dizer, para determinar esta produção cultural foi necessário que definisse primeiro o povo brasileiro e aí sua grande descoberta – o mestiço. O mestiço permitiu que afirmasse a existência de uma nação porque o tínhamos como raça. Mas a conclusão não estava totalmente resolvida e, por isso, uma advertência:

Manda a verdade, porém, afirmar que essa almejada unidade, só possível pelo mestiçamento, só se realizará em futuro mais ou menos remoto; pois será mister que se dêem poucos cruzamentos dos dois povos inferiores entre si, produzindo-se assim a natural diminuição destes, e se dêem, ao contrário, em escala cada vez maior com indivíduos de raça branca. E, mais ainda, manda a verdade afirmar ser o mestiçamento uma das causas de certa instabilidade

moral na população, pela desarmonia das índoles e das aspirações no povo, que traz a dificuldade da formação de um ideal nacional comum. (Romero 2001: 305)

A “mania das raças” em Sívlio Romero foi uma constante fonte de contradição de seu pensamento e – com certeza – um dos fatores a envelhecer os estudos sociológicos, na medida em que as pesquisas etnográficas saíram da pauta intelectual, a partir da década de 1940. Mas até a Primeira Guerra Mundial, a base étnica com que Sívlio Romero havia pensando o Brasil, era a mesma que havia sido utilizada na Europa para a afirmação racial de alemães, ingleses, franceses e seus interesses nacionais. O conceito feudal que criava raças nobres e superiores, para justificar privilégios e vantagens sobre a plebe de etnia inferior, serviu também – no mundo burguês e capitalista – para justificar e “naturalizar” a exploração e a colonização imperialistas de países. Era a lei biológica da sobrevivência do mais adaptado ao meio, ou o darwinismo, aplicado na justificativa das desigualdades sociais. Um conjunto de pensadores importantes do século XIX tratou de difundir e justificar racialmente as diferenças econômicas e as desigualdades sociais entre países.

Aqui é importante, para que possamos compreender as influências deixadas por Sívlio Romero, retornarmos a duas correntes do pensamento racial e racista que são fundamentais nas concepções de sociedade e nação que desenvolveu. Um deles, de autoridade no Brasil porque aqui viveu como diplomata alguns anos, foi Arthur de Gobineau. A sua obra, *Essai sur l'inégalité des races humaines*, publicado de 1853 a 1855, tratou de difundir seus estudos de que homens de etnias diferentes tinham cérebros maiores ou menores e isso determinava o nível de civilização das sociedades em que estavam inseridos. Na escala de desenvolvimento, os povos arianos ocupavam o topo da pirâmide e negros e amarelos a parte inferior – povos mediterrâneos também apresentavam níveis intelectuais inferiores por causa da miscigenação ao longo da história. Na Europa, suas idéias tornaram-se famosas e o *gobinismo* foi mais um elemento a justificar e explicar a superioridade racial de alguns povos.

No desenvolver de suas pesquisas, a base intelectual de Sívlio Romero passou a incorporar a sociologia de Le Play e o conceito de uma sociedade derivada de causas claras, objetivas. E este se tornou sua segunda base teórica de pesquisa social. O conceito básico de Le Play reside na idéia de que todas as sociedades são regidas pelas mesmas leis – em todos os tempos e em todos os lugares. Estas leis, cientificamente imutáveis, fornecem um critério e, através dele, o corpo social é analisado. As sociedades, portanto, eram organismos vivos e tinham a vida familiar como células da formação deste corpo. Todas as características da sociedade – positivas ou negativas – estariam contidas nesta célula primeira, no grupo familiar. O estudo do funcionamento desta vida familiar, modo de trabalho, forma de educação, poder materno, poder paterno, forneceria elementos para se decifrar as causas dos males sociais.

Desta visão derivou uma “nova” leitura sociológica romeriana – radicalmente determinista – que transferiu os valores atribuídos às cargas genéticas, do passado, para as condições de vida familiar. O curioso é perceber que, se antes a genética ideal para o desenvolvimento social era a branca européia, agora eram famílias brancas e

européias as causadoras do desenvolvimento social nos países europeus. Da combinação de Spencer (e as sociedades “individualistas”) e Le Play (e as sociedades “particularistas”), Sívlio Romero desenvolveu seu pensamento sociológico definitivo e que carregou até o final da vida. Sobre Le Play escreveu: “O grande espírito que melhor aplicou o método da observação na ciência social. Quando demos a primeira edição deste livro (...), não conhecíamos ainda os consideráveis estudos dessa escola, cujos processos e métodos adotamos, porque eles vêm reforçar as doutrinas capitais do evolucionismo sociológico de Spencer” (Romero 1969: 608).

Os acontecimentos vividos por ele, com a experiência republicana no Brasil, foram colocando sua visão de mundo em perspectivas diferentes. Assim passou a transitar de Gobineau para Le Play (de fatores genéticos para fatores familiares) – nota-se a persistir uma base doutrinária que está na definição do que ele chamou de “o incômodo problema das origens” (Romero 2001: 196) Na sua insistência em definir o caráter nacional brasileiro, num alicerce popular que imaginava a nação possuir, insistia em concepções de natureza étnica, depois antropológica e, por fim, sociológica.

Do ponto de vista político, o pensamento de Sívlio Romero apresenta pontos de constâncias que lhe deram a coerência de uma visão social conservadora. Antes da Proclamação, encontramos o crítico confiante no próspero futuro da nação através da mudança de regime. Instalada a República, vamos vê-lo raivoso, amargo e pessimista com os confusos caminhos que a nação brasileira havia tomado. Na direta proporção em que sua desilusão crescia, aumentava também o seu conservadorismo, suas posições antiliberais e mesmo reacionárias. O pensamento de Sívlio Romero é claramente uma dissidência à direita do projeto republicano vitorioso em 15 de novembro.

Nesta fase, em que se fortalece o pensamento maduro, a idéia de ordem e harmonia nas relações internas do tecido social foi dominante. Ele as herdou de Comte. E o conceito de que a sociedade – como ente vivo – resolveria por si só as próprias anomalias vieram de Spencer. Os movimentos populares e as idéias revolucionárias do final do século XIX não foram capazes de tirá-lo do entendimento de que a sociedade é o palco da “evolução das espécies”, lugar de aperfeiçoamento de povos e de indivíduos. Percebeu com clareza, ainda no início da década de 1890, a disputa que começava a se mostrar e que atravessaria todo o século XX:

A democracia se divide em duas grandes frações: de um lado, acham-se todos aqueles que esperam que a evolução seja feita gradativa e harmonicamente pela energia latente que dirige o progresso; de outro lado, colocam-se em linha os que pretendem intervir francamente na direção dos fenômenos históricos, reorganizando a sociedade, que lhes parece seguir marcha errada. De uma banda, em uma palavra, os individualistas e endeusadores da liberdade, de outra banda, os socialistas, os fanáticos da igualdade. (Romero 2001: 78)

Não queremos dizer aqui que o discurso étnico-nacionalista e anti-socialista de Sívlio Romero seja fundador do pensar a sociedade brasileira dentro de uma con-

formidade ideológica definitiva. O que podemos demonstrar é que seu pensamento contribuiu com elementos “científicos” para a difusão de um discurso conservador. Estabeleceu uma base de inquietação que passou a permear os estudos sociais no Brasil já a partir de suas primeiras publicações. A figura do “mestiço” ganhou o espaço central nos estudos que procuravam o sentido da nacionalidade.

Origens, influências, formação, derivações, futuro, raças originárias, música, melancolia, cultura, passado, índios, musicalidade, negros, colono português, clima quente, escritores, família. As derivações foram inúmeras, de forma geral alimentando o mito de um jeito de ser único. Seja na cordialidade, na alegria, na musicalidade, na própria miscigenação. Por qualquer ângulo que se observe, a temática desenvolvida por Sívlio Romero pareceu atender a uma demanda intelectual e política que forjava a construção da nacionalidade ao se voltar às origens e perseguir o seu próprio percurso como nação.

Na cultura livresca, do início do século, Romero aparece já impregnando a temática raça-nação que se tornou dominante no debate brasileiro a partir da publicação de *História da Literatura Brasileira*. Graça Aranha, de *Canaã* (1902), Euclides da Cunha, com *Os Sertões* (1902) ou mesmo um Monteiro Lobato, de *Urupês* (1918) já debutaram inseridos na discussão do nacionalismo pessimista difundido por Sívlio Romero e na contramão da cultura dominante. Hoje são textos tomados, pela crítica e pela historiografia, como fundadores de um pensar a nacionalidade brasileira. Foi por este caminho que as primeiras influências começaram a ser sentidas. Mas elas foram bem mais longe.

A influência de Sívlio Romero sobre o “nosso” pensador mais reacionário e autoritário, Oliveira Viana, em muitos momentos, tornou-se bastante clara. A acusação de termos uma elite que imita o estrangeiro, a ignorância em relação a nossa realidade, a leitura étnica da população são elementos claros desta aproximação. José Murilo de Carvalho escreveu que “vários pontos centrais do pensamento de Oliveira Vianna enraizavam-se na tradição brasileira e não estrangeira. Ele mesmo reconhecia sua dívida com alguns de seus predecessores, particularmente com Alberto Torres e Sívlio Romero” (Carvalho 1991: 88).

O fervor etnológico de Sívlio Romero segue com Gilberto Freire, de *Sobrados e Mucamos*, que reconhece a primazia de aspectos importantes de sua obra, como a inserção do negro na esfera pública da sociedade urbana em formação, e vai perseguir a construção de uma história brasileira a partir das raças que a formaram. Esses são achados evidentes. Mas também há muito em seus trabalhos biográficos, como as leituras que fez de *Euclides da Cunha e Outros Perfis*, ou em *Vida, Forma e Cor*.

Plínio Salgado foi o herdeiro de Sívlio Romero na defesa de um nacionalismo atávico e na denúncia de uma vida intelectual separada do próprio Brasil. Na figura do “caboclo” estava a fusão de três raças e nele residiria uma nacionalidade latente à espera de bons brasileiros – lideranças carismáticas – que as conduzisse pelo caminho do desenvolvimento. Apresenta inimigos, como o “caudilho rural” que, associados a uma burguesia urbana, havia traído o Brasil e o interesse de seu povo. Isso tudo é

muito próximo de Sílvio Romero e, na verdade, fica devendo-lhe a originalidade. O que em Plínio Salgado (1937) ficam distantes são o fervor católico e o culto a personalidade.

Por caminhos laterais vamos encontrá-lo na mestiçagem de Paulo Prado como resultado da “solidão” do colono português entregue à sensualidade das mulheres indígenas, à cobiça e ao contexto dinâmico de ordem e desordem social. Para Alfredo Bosi, este enfoque de Paulo Prado “é um tanto retardatário de um Capistrano, um Sílvio Romero, um Euclides, um Oliveira Vianna; uns com mais, outros com menos ênfase, tinham por certa a ‘desvantagem’ advinda da miscigenação” (1976: 424). O olhar é mesmo muito semelhante ao de Romero: “Dominavam-no dois sentimentos tirânicos: sensualismo e paixão do ouro. A história do Brasil é o desenvolvimento desordenado dessas obsessões subjugando o espírito e o corpo das vítimas. Para o erotismo exagerado contribuíam como cúmplices – já o dissemos – três fatores: o clima, a terra, a mulher indígena ou a escrava africana” (Prado 1981: 90).

Os modernistas de 22, tanto na sua vertente antropofágica como na “verde-amarela”, carregam dívidas ocultas para com Sílvio Romero. A reinvenção do Brasil modernista e a sublimação de um novo indianismo acabaram por justificadamente esconder a presença das idéias desenvolvidas no passado – nem tão passado assim – quando propõe a mística racial e espiritual para um povo em formação. Os modernistas de 22, apesar da “nova” brasilidade construída, mergulharam na temática de Romero ao perseguir o tipo nacional de um Macunaíma “sem caráter”, no sentido de uma identidade definida, e de uma formação racial que é “preto retinto” e “branco louro”, no seu eterno mestiçamento. Escreve Antonio Candido: “Não espanta, com isso tudo... Que tenha ajudado um homem como Mário de Andrade a definir a sua densa visão da cultura popular, e que tenha influído diretamente no modo de Gilberto Freire conceber a gênese das classes dominantes” (Candido 1989: 104).

Seja por sua produção gigantesca, pela formação universalista que possuía, pela erudição incontestável, poucos foram os temas envolvendo cultura e sociedade em que Sílvio Romero não esteve presente com alguma observação ou estudos de caso. Tornou-se uma referência nas pesquisas sociais brasileiras, um pouco pela escassez de obras que tratassem do tema, mas também pela cientificidade e seriedade com que tentou impregnar suas pesquisas. Em torno da figura do “mestiço”, muitas interpretações da identidade nacional se desenvolveram. O “problema das origens” foi central na obra de Romero e marcou estudos culturais e sociológicos que se seguiram.

Podemos encontrá-lo também em Sérgio Buarque de Holanda com a realidade social reconstruída a partir da célula familiar e suas relações com o estado, a vida difícil da democracia na sociedade brasileira. Afrânio Coutinho enxergou a presença de Sílvio Romero no “..historiador Sérgio Buarque de Holanda (1902), também inspirado, embora de maneira menos sistemática e mais eclética em pressupostos sociológicos, historicistas e culturais” (Coutinho 1968: 135). Se não encontramos o seu nome nas páginas de *Raízes do Brasil*, também não podemos deixar de perceber ordens discursivas muito semelhantes.

A família patriarcal fornece, assim, o grande modelo por onde se hão de calcar na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos. Uma lei moral inflexível, superior a todos os cálculos e vontades dos homens, pode regular a boa harmonia do corpo social, e portanto deve ser rigorosamente respeitada e cumprida (Holanda 1966: 73-74).

Os estudos de Sílvio Romero sobre folclore também proporcionaram pesquisas com o objetivo de atestar, no nascedouro, o brotar de uma poesia mestiça contida nos versos das canções. *Cantos Populares no Brasil*, de 1897, registra cantigas e histórias, ritmos e versos, além de denunciar tentativas de esconder esta produção cultural de “origem mestiça”.

Câmara Cascudo em seus estudos sobre história oral, no folclore brasileiro, atribui a Sílvio Romero a primazia nos estudos e resgates de tradições populares. É o primeiro pesquisador a atribuir valor a uma produção cultural que, até aquele momento da história nacional, não era reconhecida como expressão de um povo: “As pesquisas da literatura oral brasileira começa-as realmente o onipresente Sílvio Romero... abrindo o caminho na mata escura” (Cascudo 1984: 17).

Seus estudos sobre o folclore, e a admiração genuína que sentia pela produção popular, ajudaram a difundir a prática do intelectual que atribui ao “cancioneiro popular” a guarda da “verdadeira” cultura brasileira. A figura do intelectual elogiando o sambista, que canta “Brasil, Meu Brasil brasileiro, Meu mulato inzoneiro, Vou cantar-te nos meus versos”, é a imagem duplamente fiel de uma vertente do nacionalismo de Sílvio Romero – na admiração comovida do intelectual e na temática escolhida pelo compositor.

Há na produção intelectual de Romero descontinuidades, interrupções, ênfases exageradas para logo, ali adiante, desaparecer de forma repentina. Antonio Candido explica este comportamento afirmando que o pensamento de Sílvio Romero refletia a “imagem nervosa” do país (Candido 1989: 103). Ao mesmo tempo, encontramos um elemento constante em seus textos que parece costurar as contradições: uma unidade construída em torno do nacionalismo. A idéia da sua atividade intelectual estar a serviço da construção da nacionalidade ameniza e torna, até certo ponto, explicável suas contradições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Alfredo. *O Pré-Modernismo – a literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1976.

CANDIDO, Antonio. *Educação Pela Noite & Outros Ensaios*. São Paulo: EdUSP, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: nº 7, 1991.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Literatura Oral no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1984.

COUTINHO, Afrânio. *Crítica e Poética*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1968.

FILHO, Evaristo de Moraes. *Medo à Utopia – o pensamento social de Tobias Barreto e Sílvio Romero*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: a decadência do patriarcado rural e o desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

HOLANDA, Sergio Buarque. *Raízes do Brasil*. Brasília: UNB, 1966.

PRADO, Paulo. *Retratos do Brasil – ensaios sobre a tristeza brasileira*. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1981.

RABELO, Sílvio. *Itinerário de Sílvio Romero*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira; Tomo I*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

———. *História da literatura brasileira*. 6ª ed. 5 vols. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

———. *Introdução a Doutrina contra Doutrina*. Org. Alberto Venâncio Torres. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

———. *Obra Filosófica*. Org. Luís Washington Vita. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: EdUsp, 1969.

SALGADO, Plínio. *Doutrina do Sigma*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1937.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Sílvio Romero, hermeneuta do Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005.

SÍLVIO ROMERO, A CRITIC OF THE 20th CENTURY

ABSTRACT: The aim of this article is to demonstrate the importance of Sílvio Romero as a precursor of ideas and debates that passes through all critical literature on the 20th Century. Many of the subjects studied by Romero launched the Brazilian intellectual discussion and gave his author a modern character as founder of the social, political and intellectual critical thinking of the Brazilian society. It seeks to show as Sílvio Romero use the critical literature as an instrument of nationality construction.

KEYWORDS: Criticism - Sílvio Romero – History of literature.

Recebido em 10 de julho de 2009; aprovado em 30 de outubro de 2009.